



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível n.º: 114981-1 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista**

**Apelante: Banco ABN AMRO Real S.A**

**Apelado: Samuel Muniz de Andrade**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.**

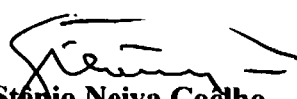
EMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUTO DE PENHORA. ACORDO EXTRAJUDICIAL. INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ. DESNECESSIDADE. HOMOLOGAÇÃO. IMPOSTA OBRIGAÇÃO CONTRÁRIA À HOMOLOGAÇÃO. DECISÃO CONTRADITÓRIA. NÃO POSSIBILIDADE. APELO PROVIDO POR UNANIMIDADE.

1. Verificado que as partes capazes e assistidas por advogado firmaram acordo extrajudicial, demonstra-se desnecessária a intimação da parte ré para reafirmar o acordo apresentado por ela.
2. Contradiz-se decisão que homologa o acordo realizado extrajudicialmente e imputa obrigação diversa.
3. Recurso conhecido e provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, discutidos e votados estes recursos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em **dar provimento** à apelação, tudo nos termos do voto e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 01 de abril de 2014.

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível n.º: 114981-1 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista**

**Apelante: Banco ABN AMRO Real S.A**

**Apelado: Sammuel Muniz de Andrade**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Banco ABN AMRO Real S.A em face da sentença que, nos autos da Ação de Busca e Apreensão, homologou o pedido de desistência da parte autora de fl.s 24/35 para fins do art. 158, § único do CPC e julgou extinto o processo sem resolução do mérito.

Revogou a liminar deferida, ordenando o demandante que devolva o bem apreendido ao suplicado, no prazo de 3 dias, contados do transito em julgado da decisão, sob pena de multa diária no valor correspondente ao dobro da prestação mensal acertada no financiamento, devidamente atualizado e corrigido pelos índices convencionados no contrato, até o dia da entrega do bem.

Condenou o autor ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento).

Irresignado, o apelante apresentou o seu recurso afirmando que, mesmo as partes tendo manifestado expressamente suas vontades no sentido de transacionar (fl. 37), o magistrado determinou a intimação do apelado para “emitir concordância expressa”. Ressalta que houve a concordância tácita, já que o apelado quedou-se inerte à determinação judicial (fl. 39).

Não entende a decisão do magistrado que, apesar de homologar a desistência, determinou obrigação diversa ao disposto entre as partes, qual seja, a revogação da liminar e devolução do veículo ao financiamento/apelado, sob pena de rigorosa sanção pecuniária. Assim, pugna pela reforma parcial da decisão com o fim de excluir obrigação imposta.

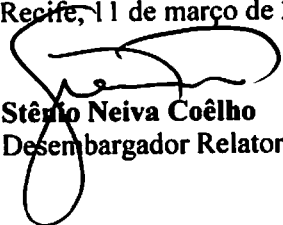
Apesar de devidamente intimado, o apelado não apresentou resposta, conforme certidão de fl. 64.

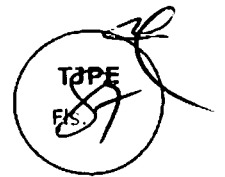
É o relatório.

Dispensou a Revisão, nos termos do § 3º do Art. 551, CPC face ao valor atribuído à causa, inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 11 de março de 2014.

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível n.º: 114981-1 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista**

**Apelante: Banco ABN AMRO Real S.A**

**Apelado: Samuel Muniz de Andrade**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.**

**VOTO**

Na origem, trata-se de ação de busca e apreensão interposta pelo Banco/apelante, sendo, de logo, deferida liminar de busca e apreensão do veículo, objeto da lide, e realizado o auto de busca e apreensão constante na fl. 27.

O réu, ora apelado, peticionou nas fls. 28/29 purgando a mora e requerendo que a parcela vencida em 18/02 fosse debitada do montante inicial, tendo em vista o pagamento realizado em 3/5/02. Tal pleito foi indeferido (fl. 33).

Momento subsequente, foi juntada a transação realizada extrajudicialmente entre as partes (fl. 35), estando devidamente assinada pela parte autora e ré, bem como pelos seus respectivos advogados.

Na fl. 37, o magistrado determinou a intimação da parte ré/apelada para emitir concordância expressa, restando inócua, já que a parte quedou-se inerte, consoante certidão de fl. 39.

Breve relato, entendo assistir razão ao apelante.

Não me parece razoável a imputação da obrigação consignada na sentença, na medida em que o magistrado homologou a transação extrajudicial.

Tal homologação, revela-se na concordância do judiciário diante do acordo extrajudicialmente realizado e apresentado pelas partes nos autos do processo. Ora, a petição/acordo foi protocolada por ambas as partes, sendo, ao meu ver, desnecessária a intimação da parte ré.

É nítido que a obrigação imposta pelo magistrado não se coaduna com a homologação do acordo.

Além do mais, a tutela jurisdicional homologatória visa tão somente agregar força executiva ao título anexado, cito:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. INCUMBE À PARTE AUTORA DEMONSTRAR A NECESSIDADE E A UTILIDADE DO PROVIMENTO JURISDICIONAL VINDICADO.

2. VERIFICADO QUE AS PARTES, JURIDICAMENTE CAPAZES E ASSISTIDAS POR ADVOGADO, FIRMARAM ACORDO EXTRAJUDICIAL, ANTERIORMENTE AO RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL E CITAÇÃO DA PARTE RÉ, MOSTRA-SE DESNECESSÁRIA A OBTENÇÃO DE TUTELA JURISDICIONAL



HOMOLOGATÓRIA, TÃO SOMENTE PARA AGREGAR FORÇA EXECUTIVA AO TÍTULO.

3. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

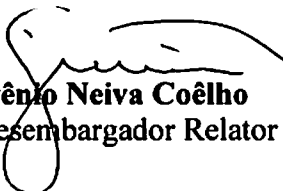
(TJDF- APC 20110410233426 DF 0041623-89.2011.8.07.0001, 3ª Turma Cível, Relator(a): NÍDIA CORRÊA LIMA, dj. em 17/07/2013, dje. em 26/07/2013)

Assim, tendo em vista que a parte ré, juntamente com a parte autora, peticionou nos autos informando acerca do acordo extrajudicial, resta notório que parte ré - quando intimada para reafirmar a transação- não se manifestou por falta de interesse.

Face ao exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao presente recurso, para reformar o item da sentença que imputa obrigação ao autor sob pena de multa diária, mantendo inalterados os demais contornos da decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 01 de abril de 2014.

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator